

ÍNDIOS NO BRASIL

Origens, Direitos indígenas, Terras indígenas, Línguas indígenas, Sociedade e cultura, Educação, Saúde

Com um crescimento demográfico de 1,5% ao ano, 12% superior à média brasileira, a população indígena reverte uma tendência comum até o começo dos anos 90, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) registrava um decréscimo anual do número de índios no Brasil. Houve um estímulo ao aumento com a aceleração dos processos de demarcação das terras, prevista na Constituição de 1988.

Em 1999, o Brasil conta com 350 mil índios, conforme estimativas da Funai, o que corresponde a 0,22% da população brasileira. Eles ocupam 561 áreas indígenas, que totalizam aproximadamente 95,8 milhões de hectares, o equivalente a 11,34% do território brasileiro. Distribuem-se em 227 etnias, comunicam-se em 175 línguas e estão presentes em quase todo o país, exceto no Distrito Federal, Piauí e Rio Grande do Norte. O Amazonas é o estado onde se concentra a maior população – 25% do total –, seguido de Mato Grosso do Sul e Roraima. Em relação às áreas indígenas, o Amazonas possui também a maior extensão territorial (35,7%), seguido de Pará e Roraima. As etnias mais populosas são guarani, caingangue e ticuna.

Os maiores problemas que os povos indígenas enfrentam são as invasões e as tentativas de exploração econômica de suas terras por fazendeiros, posseiros, madeireiros e garimpeiros. O contato com o homem branco tem gerado a disseminação de doenças até então desconhecidas dos índios, a destruição do meio ambiente e de suas tradições culturais.

Além da população indígena identificada oficialmente, há 53 notificações de grupos isolados, ainda não contatados pelo homem branco. Para conhecê-los, a Funai cria a partir de 1987 frentes de contato nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Mato Grosso e Goiás. Identificam-se dois novos grupos (canoé e akuntsu) em Rondônia e um (corubo) na Amazônia, mas não se sabe ainda o total de índios nem sua língua.

Origens – A hipótese mais aceita é a de que os primeiros habitantes da América tenham vindo da Ásia e atravessado o estreito de Bering durante as glaciações, cerca de 40 mil anos atrás. Estima-se que na época do descobrimento do Brasil, em 1500, havia de 1 milhão a 5 milhões de nativos, reunidos em 1,4 mil tribos, que falavam 1,3 mil línguas. Os índios são escravizados pelos portugueses desde o início da colonização. A partir de 1595, o aprisionamento é proibido, mas a catequização, o desrespeito a sua cultura e o extermínio deliberado continuam e causam o desaparecimento de vários grupos.

Direitos indígenas – A primeira alusão ao direito do índio à posse da terra e ao respeito de seus costumes é feita em 1910, com a instituição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pelo marechal Cândido Rondon. O SPI é substituído pela Funai em 1967.

Em 1973 cria-se o Estatuto do Índio, que visa trazer os índios para a "comunhão nacional" e submetê-los às mesmas leis do país. O estatuto considera o índio um indivíduo incapaz, que precisa ser tutelado pelo Estado até se incorporar

ao modo de vida do restante da sociedade.

A Constituição de 1988 é a primeira a trazer um capítulo sobre os indígenas. Reconhece os "direitos originários sobre as terras que (os índios) tradicionalmente ocupam". Eles não são proprietários dessas terras, que pertencem à União, mas têm garantido o usufruto das riquezas do solo e dos rios. A Constituição também reconhece a diversidade étnica, bem como a necessidade de respeitá-la. Em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos propõe meios de redução dos atos de violência, intolerância e discriminação contra os índios. Atualmente, a Lei 2.057/91, que visa criar um novo Estatuto das Sociedades Indígenas, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

Terras indígenas – Até 1999, a Funai reconhece 561 áreas indígenas. As etapas do processo de regularização dessas terras seguem esta ordem: identificação (aprovação dos limites pela Funai), delimitação (reconhecimento dos limites pela União), demarcação dos limites em campo, homologação (aprovação da demarcação pela União) e, por último, o registro da área em cartório pela União. Do total de áreas indígenas, 352 acham-se demarcadas, homologadas ou registradas, o que soma cerca de 75.980.336 de hectares. Existem ainda 40 terras delimitadas, 22 identificadas e 147 áreas reconhecidas pela Funai aguardando estudos para sua identificação.

O processo de regularização das terras indígenas inicia-se nos anos 90 com a Constituição de 1988 (artigo 67), que estabelece um prazo de cinco anos para sua demarcação.

Em 1996 é criado o Decreto 1.775, que fixa os procedimentos administrativos e jurídicos para a regularização das áreas indígenas. Ao mesmo tempo que oferece credibilidade a esses processos, abre a possibilidade de contestação à demarcação das terras. De acordo com o decreto, depois de aprovado o relatório de identificação e delimitação de uma área, fixa-se um prazo de 90 dias para que municípios, estados e terceiros contestem essa delimitação. A decisão do Ministério da Justiça sobre o assunto deve ser anunciada em no máximo 90 dias.

Até 1996 se verificam 1.749 contestações relacionadas com 91 terras indígenas, conforme o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Desse total, o Ministério da Justiça acatou para análise contestações referentes a 42 áreas e deliberou sobre a redução da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima. A possibilidade de contestação traz como consequência o aumento do número de invasões, como forma de garantir a posse da terra. Em 1996 registram-se 109 invasões, 95% a mais que em 1995, que resultam, segundo o Cimi, em 2,9 mil ameaças de morte, 156 cárceres privado, 118 lesões corporais, 80 seqüestros, 73 vítimas de trabalho escravo e 26 assassinatos de índios.

A partir dos anos 90, a Funai, a Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) passam a fiscalizar as terras indígenas para combater a exploração ilegal da madeira.

Línguas indígenas – Das 1,3 mil línguas indígenas existentes no Brasil antes do descobrimento, 87% estão extintas em razão do extermínio de muitos povos e da perda de territórios. Entre as 170 faladas no país, muitas correm, atualmente, risco de extinção. Em alguns casos, o desaparecimento é inevitável, pois apenas um ou dois falantes sobrevivem.

As línguas faladas pelos índios brasileiros agrupam-se em dois subtroncos: o tupi e o macro-jê. O primeiro é formado por dez famílias (arikén, aueti, juruna, maué, mondé, mundurucu, puruborá, ramarama, tupari e tupi-guarani) e o segundo por 12 (bororo, botocudo, carajá, guató, iatê, jê, camacã, cariri, maxacali, osaié, puri e ribaktsa). Existem ainda 23 famílias que não pertencem a nenhum dos troncos por não apresentar características comuns (caribe, aruaque, arauá, guaicurú, nhambiquara, txapacura, pano, mura, tucano, catuquina, macu e ianomâmi, entre outras) e cerca de dez línguas isoladas. Do tronco tupi, a família tupi-guarani é a que possui mais línguas – 21 no total. Do tronco macro-jê, a maior família é a jê, com oito.

Com cerca de 26 mil falantes, localizados principalmente no Amazonas, o ticuna (língua isolada) é o idioma indígena mais empregado no país, seguido do macuxi (da família caribe), do terena (da família aruaque) e do guarani (da família tupi-guarani).

Sociedade e cultura – As nações indígenas revelam diferentes costumes, crenças e organização social, mas a maioria dos grupos compartilha algumas características, como o pequeno aldeamento de 30 a 100 pessoas. A vida nas aldeias é regida por um complexo sistema de parentesco que comanda desde as relações homem/mulher até a divisão do trabalho. Cada aldeia geralmente tem seu conjunto de crenças a respeito da estrutura do Universo, pelo qual classifica os seres humanos, os animais e o sobrenatural. Esses elementos estão relacionados com sua estrutura social e são fundamentais para o estabelecimento das diferenças e das semelhanças entre os diversos grupos indígenas.

Educação – Em 1998 há 79,4 mil estudantes indígenas no país, dos quais 67,4 mil freqüentam o ensino fundamental (antigo 1º grau) nas 1,4 mil escolas localizadas nas aldeias e 12 mil encontram-se matriculados em escolas de centros urbanos. Destes, 9,4 mil cursam o ensino fundamental; 2,5 mil, o ensino médio (antigo 2º grau); e 150 o ensino superior. As escolas indígenas contam com 2,6 mil professores, dos quais cerca de 2 mil são índios.

Com a Constituição de 1988, uma série de leis passa a garantir a especificidade da educação escolar indígena. Até então não existiam instrumentos que dessem aos índios o direito de aprender sua língua ou conhecer sua história e ciência. As leis determinam, por exemplo, que os responsáveis pela educação escolar indígena sejam preparados para atuar com essas populações, que professores índios recebam a mesma remuneração que outros professores e que se respeite a sua cultura. A partir de 1991, a execução das ações referentes à educação escolar indígena torna-se responsabilidade das secretarias estaduais e municipais de Educação, em conjunto com a Funai e com todas as instituições interessadas na educação desses povos.

O documento Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1993, garante os princípios de bilingüismo e especificidade cultural à educação dos índios. A Funai desenvolve a assistência educacional aos índios por meio de projetos como o Programa de Formação e Capacitação de Professores e o Programa de Apoio aos Estudantes Indígenas de 1º, 2º e 3º graus, que garante o atendimento aos índios fora das aldeias e estabelece parcerias para o ensino profissionalizante.

Saúde – A precariedade das condições de vida de muitas tribos, o contato com o homem branco e a falta de ações de saúde dirigidas aos povos indígenas

têm provocado graves problemas nessas comunidades, como a disseminação de doenças, o consumo de álcool e até suicídio. Dados de 1995 do Instituto de Medicina Tropical de Manaus mostram que a expectativa de vida média dos índios brasileiros é de apenas 42,6 anos, enquanto os demais brasileiros vivem em média 67 anos. Em 1996 aumentam em 92% os casos de doenças em relação a 1995, de acordo com o Cimi. Elas atingem 138,2 mil índios e ocasionam 500 mortes, 34% a mais que no ano anterior. As que mais os afetam são as respiratórias, com 43,3 mil casos, seguidas de diarreia (35,5 mil), verminose (11,1 mil), malária (5,5 mil), doenças cutâneas (3,2 mil), desidratação (3 mil), leishmaniose (2,2 mil), desnutrição (1,2 mil) e tuberculose (496). As sexualmente transmissíveis (DST) estão entre as que mais crescem: 88% de 1995 para 1996.

O fornecimento de bebidas alcoólicas em troca da exploração ilegal de produtos como madeira, ouro, castanha e pescado é corriqueiro – 9,7 mil índios são atingidos, em 1996, pelo uso de bebida alcoólica. O índice de suicídios, que aumentara em 1995, cai 50% em 1996, quando são registrados 30 casos. Os que mais se matam são os adolescentes e os jovens entre 10 e 25 anos e os guaranis, a etnia mais afetada. Dasausas de suicídio destacam-se a disputa pela posse da terra, a crise de liderança e identidade nas aldeias e o consumo de bebidas alcoólicas.

Na Constituição de 1988, pela primeira vez se institui o direito ao atendimento integral e diferenciado dos índios, com a criação do Sistema Único de Saúde. Depois disso, é discutido o funcionamento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, capazes de lidar com as especificidades de cada região e criar autonomia de gestão administrativa, orçamentária e financeira. Até hoje o processo de descentralização do atendimento à saúde indígena não está plenamente implantado, pois a regulamentação encontra-se em tramitação no Senado Federal.

Índios BR, descrição de Hans Staden sobre aprisionamento pelos índios

De como me trataram na taba

Partimos na manhã seguinte e vogamos o dia inteiro, alcançando às aves-marias a taba, depois de três dias de viagem. Devia distar da Bertioga umas trinta milhas, chamava-se Ubatuba e compunha-se de sete casas. Entramos por uma praia perto da qual se achavam as mulheres lidando numa plantação de mandioca. Ao defronta-las fui obrigado a gritar na língua deles:

– Vossa comida está chegando!

As casas localizavam-se em certa elevação; delas saíram os moradores a ver-me. Os guerreiros entregaram-me às mulheres e recolheram-se às suas cabanas com as armas.

As mulheres me conduziram, umas adiante, outras atrás, entoando os cantos que usam quando vão devorar algum prisioneiro. E assim fui levado até a caiçara, isto é, à estacada de grossas achas de madeira que lhes cerca a taba. Quando entrei, outras mulheres vieram-me ao encontro com bofetadas e arrancaram-me punhados da barba, exclamando:

– Che anama pipike aé! o que quer dizer: vingo-me em ti do que os teus fizeram aos nossos.

Escravidão Indígena, Relato sobre a sublevação dos índios em Pernambuco

" Capítulo II. [...] Em 28 de Janeiro enxergamos uma terra, parte de um cabo chamado Santo Agostinho. A oito milhas de lá, chegamos a um porto denominado Pernambuco contavam-se 88 dias que tínhamos estado no mar sem ter avistado a terra. Ali os portugueses tinham estabelecido uma colônia chamada Marim (Olinda). O comandante desta colônia foi chamado Arto Koslio (Duarte Coelho) a quem entregamos os prisioneiros e ali descarregamos algumas mercadorias que lá ficaram. Terminamos os nossos negócios neste porto, desejando seguir viagem, mas esperando cargas.

Capítulo III. Aconteceu que os selvagens do lugar se tinham revoltado contra os portugueses, o que nunca antes tinham feito, mas que fizeram agora por terem sido escravizados. Por isso o comandante nos pediu pelo amor de Deus que ocupássemos o lugar chamado Iguaraçu a cinco milhas de distância do porto de Marim onde estávamos ancorados e de que os selvagens se queriam apoderar. Os habitantes da colônia de Marim não podiam vir em auxílio deles, porque suspeitavam que os selvagens os fossem atacar. Fomos, pois, em auxílio da gente de Iguaraçu com quarenta homens do nosso navio, e para lá nos dirigimos numa embarcação pequena. A colônia está situada num braço do mar que avança duas léguas pela terra dentro. Haveria uns 90 cristãos para a defesa. Com eles estavam mais uns 30 mouros (negros?) e escravos brasileiros que pertenciam aos habitantes. Os selvagens que nos sitiavam foram calculados em oito mil. Nós tínhamos em redor da praça apenas uma estacada de madeira.

Capítulo IV. Ao redor do lugar onde estávamos sitiados havia uma mata, na qual tinham construído dois redutos de árvores grossas para onde se retiravam de noite; e, quando os atacávamos, para lá voltavam. Ao pé destes redutos tinham feito buracos no chão em que ficavam durante o dia e de onde saíam para guerrear conosco. Quando atirávamos sobre eles, caíam todos, pensando assim evitar o tiro. Estávamos tão sitiados por eles que não podíamos sair nem entrar. Chegavam perto da colônia, atiravam flechas aos ares, supondo que nos alcançariam na queda. Atiravam também flechas em que amarravam algodão com cera a que pegavam fogo para incendiar os tectos das casas, e combinavam já o modo de nos devorar quando nos tivessem apanhado.

(...)

Como percebemos que havíamos de sentir falta de mantimentos, saímos em dois barcos para um lugar chamado Tamaracá (Itamaracá) para os trazer. Os selvagens, porém, tinham atravessado grandes árvores no rio e havia muitos deles postados nas duas margens para nos impedirem a passagem. Forçamos, porém, a barreira e ao meio-dia, mais ou menos, voltamos sãos e salvos. Os selvagens nada puderam fazer-nos nas embarcações; arremessavam, porém, grande porção de lenha da margem para os botes e queriam incendiá-los. Juntamente atiravam uma espécie de pimenta que lá cresce, com o fim de nos obrigarem a abandonar as embarcações. Porém, não foram bem sucedidos e enquanto isto durara, cresceu a maré e voltamos. Fomos a Tamaracá onde os habitantes nos deram as vitualhas. Com estas regressamos ao lugar sitiado. Nos mesmos sítios em que anteriormente haviam posto obstáculos, tinham de novo derrubado árvores, como anteriormente. Acima do nível das águas e na margem haviam cortado duas árvores, de modo a aguentarem-se ainda de pé. Nas copas amarraram umas coisas chamadas cipó que crescem como lúpulo, porém mais grossas. Tinham amarrado as pontas em estacadas e queriam puxá-las para fazer cair as árvores sobre as nossas cabeças. Seguimos para lá, forçamos a passagem. A primeira das árvores tombou

para o lado da estacada e a outra caiu na água atrás do nosso bote.

(...)"

Índios BR, Criação do Serviço de Proteção ao Índio

"REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 8.072, DE 20 DE JUNHO DE 1910

Do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

Art. 1º O "Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais", criado no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tem por fim:

prestar assistência aos Índios do Brasil, que vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados;

estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação. Centros Agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfaçam as exigências do presente regulamento.

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Art. 2º A assistência de que trata o art. 1º terá por objeto:

1º, velar pelos direitos que as leis vigentes conferem aos índios e por outros que lhes sejam outorgados;

2º, garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios e, conjuntamente, do que neles se contiver, entrando em acordo com os governos locais, sempre que for necessário;

3º, pôr em prática os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente;

4º, fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, não intervindo para alterá-los, senão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes;

5º, promover a punição dos crimes que se cometerem contra os índios;

6º, fiscalizar o modo como são tratados nos aldeamentos, nas colônias e nos estabelecimentos particulares;

7º, exercer vigilância para que não sejam coagidos a prestar serviços a particulares e velar pelos contratos que forem feitos com eles para qualquer gênero de trabalho;

(...)

12º, promover, sempre que for possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados;

(...)

CAPÍTULO II

DAS TERRAS OCUPADAS POR ÍNDIOS

Art. 3º O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e sempre que for necessário, entrará em acordo com os governos dos Estados ou dos municípios:

para que se legalizem convenientemente as posses das terras atualmente ocupadas pelos índios;

para que sejam confirmadas as concessões de terras, feitas de acordo com a lei de 27 de setembro de 1860;

para que sejam cedidas ao Ministério da Agricultura as terras devolutas que forem julgadas necessárias às povoações indígenas ou à instalação de centros agrícolas.

(...)

Art. 7º Os índios não poderão arrendar, alienar ou gravar com ônus reais as terras que lhes forem entregues pelo Governo Federal.

(...)

Art. 9º O governo providenciará para que nos territórios federais os índios sejam mantidos na plenitude da posse dos terrenos pelos mesmos atualmente ocupados.

CAPÍTULO III

DOS ÍNDIOS ALDEADOS

Art. 10. Se os índios, que estiverem atualmente aldeados quiserem fixar-se nas terras que ocupam, o governo providenciará de modo a lhes ser mantida a efetividade da posse adquirida.

(...)

CAPÍTULO IV

DOS ÍNDIOS NÔMADES E DOS QUE SE MANTIVEREM EM PROMISCUIDADE COM CIVILIZADOS

Art. 14. A diretoria, por intermédio dos inspetores, procurará, por meios brandos, atrair os índios que viverem em estado nômade e prestará aos que se mantiverem em promiscuidade com civilizados a mesma assistência que lhe cabe dispensar aos mais índios.

Parágrafo único. Para o serviço relativo aos índios nômades, poderá ser admitida pelo ministério, sob proposta da diretoria, o pessoal extraordinário que for

preciso.

(...)"